



Osvaldo Cabral

osvaldo.cabral@diariodosacoresh.pt

DIÁRIO inconveniente

Tudo para (não) dar certo?

Há um factor crucial para que o próximo governo dos Açores tenha algum sucesso: falar verdade.

Esconder informação, empurrar com a barriga os problemas, distorcer a realidade, manipular os números, tudo isso foi uma característica dos últimos governos e os cidadãos não gostaram disso.

Começou bem o acordo tripartido PSD, CDS e PPM ao anunciar o entendimento imediatamente a seguir a terem recebido o respectivo apoio dos seus órgãos internos.

Não disseram praticamente nada sobre propostas de ordem programática, mas foram rápidos a anunciar o compromisso e a prometer mais contactos com os outros partidos, eventualmente disponíveis, para se juntarem ao trio.

Cenário diferente, penoso e lastimável, temos assistido à actuação do Chega.

A confusão é de tal ordem que ninguém percebe, afinal, quem manda no partido aqui nos Açores.

André Ventura, na ânsia provinciana de retirar dividendos dos seus dois deputados, é que vai anunciando quais as condições do Chega para um eventual apoio a um futuro governo liderado pelo PSD, enquanto que as duas pobres criaturas eleitas no dia 25 remetem-se ao silêncio e não têm opinião sobre coisa nenhuma.

Um triste espectáculo que já levou à demissão do seu Vice-Presidente regional, trazendo alguma honra a esta pouca vergonha que é o vergar dos órgãos regionais ao ditame do projecto pessoal de Ventura.

Não vão longe com esta atitude.

Já imaginaram o que seria António Costa e Rui Rio a porem-se nos bicos dos pés e a darem instruções aos órgãos regionais sobre como deveriam agir?

Nuno Barata tem razão, já somos suficientemente adultos para decidirmos por nós próprios o nosso destino.

Deixarmos que sejam os barões de Lisboa a decidir por nós é uma autêntica humilhação.

Se os deputados eleitos do Chega querem recuperar a honra perdida, ou assumem as rédeas da condução do partido ou é quase certo que irão passar por um enxovalho popular, nada bom para quem começa.

Toda esta desorientação dá uma perspectiva, cada vez mais clara, de que esta legislatura não vai chegar ao fim.

A coligação à direita consegue o seu objectivo comum, que é retirar o PS do poder, mas depois vai esfalhar-se em inúmeras contradições ideológicas e programáticas que poderão criar muita instabilidade.

Ao mínimo desentendimento o PS não perderá a oportunidade para apresentar uma moção de censura para testar a unidade à direita.

Um governo à esquerda com o apoio de um partido à direita também seria outra contradição, pelo que não há mais nenhuma alternativa, a não ser a do Bloco Central, a mais robusta de todas, mas sem hipótese de concretização.

Daí a enorme responsabilidade de todos os partidos que viabilizam uma das hipóteses.

Se não houver estabilidade política, teremos um problema sério, porque vamos atravessar uma tormenta, já no início de 2021, que requer uma união de esforços muito consistente e duradoura por parte de todos os partidos, com vista ao encontro de soluções para os tempos que aí vêm.

Vamos ter - aliás, já temos - uma urgência social e económica pela frente que não pode aguardar pelo relógio das lutas partidárias e das tricas internas de cada um.

Os estímulos à economia açoriana e a forte intervenção social que se avizinham serão a prioridade absoluta do novo governo, seja ele qual for, se quisermos manter a cabeça à tona de água, sem criar mais pobreza e menos empregos, como já está a acontecer.

A famosa bazuca, com o avassalador envelope de fundos comunitários, tem que funcionar o mais cedo possível, fugindo-se à tentação de a utilizar para tapar os buracos ruinosos criados nos últimos anos

pela administração pública regional.

Exige-se do próximo governo verdade e transparência junto dos cidadãos, actuando rapidamente e apresentando sem rodeios o estado em que se encontram as finanças públicas e o que é preciso fazer e refazer para parar o desperdício e alavancar a nossa riqueza.

A criação de trabalho e o aumento da produção para o bolo da riqueza regional tornar-nos-à mais fortes.

Investir sim, mas com estratégia e rigor nos projectos, sobretudo na área do turismo.

A agricultura, sector essencial da nossa economia, vai conhecer a partir de 1 de Janeiro de 2021 uma nova PAC (Política Agrícola Comum), com a boa notícia de que não haverá cortes no envelope financeiro e em que os próprios governos dos estados membros poderão elaborar os seus próprios planos estratégicos para os próximos sete anos, sem passar pelo crivo de Bruxelas.

É bom que o próximo governo comece a tratar disso logo que tome posse, pelo que vai precisar de uma equipa na respectiva secretaria regional que saiba dar conta do recado.

Só falta, agora, convencer a Comissão Europeia da aprovação do POSEI sem cortes.

Não podemos voltar a falhar no Mar.

A economia azul foi uma miragem nos últimos anos, sem investimentos repercussores de rendimento, nem para armadores, nem para pescadores.

Tem que haver um objectivo estratégico prioritário a médio prazo, que conjugue a criação de riqueza com uma melhor distribuição de rendimentos.

A nossa região tornou-se num enorme arquipélago de precariedade, de perda de talentos e numa sociedade cada vez mais envelhecida e com a menor esperança de vida do país.

Inverter isto não é numa legislatura, é certo, mas pode-se começar a trilhar o caminho para uma recuperação que seja emblemática e motivadora para as novas gerações.

Há muitas tempestades novas que vão surgir, para além das que o novo governo vai herdar.

A catástrofe que se abateu sobre a SATA precisa de mão firme para a sua recuperação, mas também muito conhecimento do mundo da aviação e do novo paradigma que a indústria do sector vai enfrentar no pós-pandemia.

O próximo governo, se for de coligação dos partidos até agora da oposição, não devia substituir a actual administração até completar o seu trabalho de recuperação da empresa, estabelecendo prazos e objectivos bem definidos.

Ao contrário de outras companhias de aviação por esta Europa fora, a SATA vai arrancar com a sua reestruturação muito mais tarde, por irresponsável teimosia eleitoral.

Mesmo que aprenda com os erros dos outros, vai levar mais tempo a chegar à retoma, já que a reestruturação devia estar a rodar em pleno há muito tempo.

Os dias de emergência impõem um forte consenso alargado, uma espécie de pacto regional para o desenvolvimento, em que, apesar de tudo, há duas notícias boas para gerir bem pelo próximo governo: o aparecimento das vacinas que reduza ou acabe com a pandemia e a tranche milionária que vem de Bruxelas.

Se não houver uma liderança forte, estaremos mergulhados num poço sem retorno.

Deixem-se de lutas mesquinhas e abracem os desafios, em nome de todos nós, cidadãos apreensivos.